

AFRICAN UNION  
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE  
UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www.africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO**  
**Nona Sessão Ordinária**  
**25 - 29 de Junho de 2006**  
**Banjul, Gâmbia**

**EX.CL/273 (IX) Rev. 1**

**RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO NO**  
**MÉDIO ORIENTE E PALESTINA**

## RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO ORIENTE

### INTRODUÇÃO

1. Na sua Oitava Sessão Ordinária realizada em Cartum, Sudão, de 16 a 21 de Janeiro de 2006, o Conselho Executivo examinou o Relatório sobre a situação no Médio Oriente e Palestina contido no Doc.Ex.Cl./235(VIII) e no fim das suas deliberações, adoptou a Decisão Ex.CL. Dez.256 (VIII) na qual o Conselho entre outros:
  - *Reafirmou o seu total apoio para uma solução justa e duradoira para o conflito Israelo-Palestiniano baseado em todas as Importantes Resoluções Internacionais, nomeadamente a Iniciativa de Paz Árabe e o Roteiro encorajando a ambos, Palestinos e Israelitas a implementarem os seus compromissos com vista a criar um ambiente favorável para concretizar as negociações do Estatuto Final com objectivo de alcançar uma paz duradoira, justa e global na região, a fim de acabar com a ocupação israelita dos Territórios Palestinos desde 1967, com a solução para os dois Estados, Israel e Palestina vivendo lado a lado em paz e segurança;*
  - *Expressou o desejo de ver a realização de mas eleições legislativas Palestinianas de forma livre e transparente sem nenhuma interferência do exterior permitindo assim uma abertura para o estabelecimento da Democracia Palestiniana;*
  - *Depois, saudou a retirada de Israel da Faixa de Gaza considerando como um primeiro passo para a retirada integral de todos os Territórios Palestinos Ocupados desde 1967 incluindo o Leste de Jerusalém e apelou ao Governo de Israel de não utilizar a retirada como um protesto para alargar o seu controlo em toda a Margem Oeste e no Al-quds-Al-Sharif;*
  - *Condenou veementemente as medidas repressivas de Israel bem como as suas agressões perpetradas contra os civis Palestinos Indefesos; e apelou Israel a cessar com todas as medidas unilaterais concebidas com vista a criar um novo factor no terreno, o que está em desacordo com as Resoluções do Conselho de segurança da ONU que poderia comprometer o processo de paz e frustrar as esperanças de se alcançar uma solução justa, abrangente e pacífica para o conflito e também;*
  - *Reconheceu os esforços envidados pelo Comité dos Dez (10) Estados Membros sobre a Palestina estabelecido pela Decisão AHG/Dez.182(XXXVIII) em Julho de 2002 e insistiu para que se prosseguissem os esforços na busca de uma solução justa, abrangente e pacífica para o conflito no Médio Oriente na Palestina.*

2. Consequentemente, o presente Relatório cobre a fase de desenvolvimento no Médio Oriente e na Palestina desde a última sessão do Conselho, com acento particular no conflito Israelo-Palestino.
3. Desde a Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo em Cartum, Sudão, em Janeiro de 2006, tem havido vários importantes desenvolvimentos que afectaram seriamente o processo de paz na Palestina e toda a região. Estes desenvolvimentos visavam principalmente as eleições Legislativas na Palestina; a crise financeira causada pela vitória do Partido Hamas nas eleições legislativas; as eleições gerais do Israel; a vitoriosa retirada do líder do Partido do Plano E 1 da Ehud Olmert para a Margem Ocidental; o Desastre Humanitário nos Territórios palestinos ocupados; a situação no Iraque e a tentativa de formar um novo governo de coligação e o programa nuclear do Irão.

## **II. CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO**

### **a) Eleições Legislativas na Palestina**

4. A 25 de Janeiro de 2006, realizaram-se eleições para o Conselho Legislativo Palestino (CLP), a legislatura da Autoridade Nacional Palestina (ANP). Não obstante as eleições autárquicas de 2005 e as Presidenciais a 9 de Janeiro de 2005, estas foram as eleições mais democráticas do CLP desde 1996; as sucessivas eleições foram adiadas vezes repetidas devido ao conflito Israelo-Palestino em curso tal como as medidas tomadas por Israel e a recusa em ajudar os Jerusamelitas a participarem na eleição.
5. Os eleitores Palestinos saíram em massa para as eleições com o Partido dirigente, Fatah enfrentando um desafio sem precedente contra o Partido Hamas, no poder.

O resultado final demonstrou que o Hamas venceu as eleições com 74 assentos em comparação com os 45 do Fatah, cedendo ao Hamas a maior parte dos assentos e mandatos de modo a formar um governo de maioria e legítimo. Em termos reais, o Hamas venceu com 44% do voto popular mas com 56% dos assentos parlamentares, enquanto que o Fatah venceu com 42% do voto popular mas com apenas 34% dos assentos.

6. Após a vitória do Movimento Hamas, o Senhor Ismail Hammiyeh foi nomeado Primeiro-ministro e encarregue de constituir o novo governo. Consequentemente, a 19 de Março de 2006, o designado Primeiro-ministro do Hamas, Senhor Ismail Hammiyeh submeteu a sua lista a 24 membros do gabinete do Presidente Mahmoud Abbas conjuntamente com o programa político e sócio-económico do Partido Hamas. A última e especial plataforma rejeitada inicialmente a 23 de Março de 2006 pelo Comité Executivo (C.E) de 18 Membros da Organização da Libertação da Palestina (OLP). A OLP mostrou-se reticente quanto à esta plataforma, mas autorizou o Líder do Hamas a apresentar o seu Gabinete ao Conselho de Legislatura Palestina, para um voto de confiança no seu programa.

7. A plataforma política do Hamas insiste no facto de que teria pronunciado constantemente a sua recusa em reconhecer o direito de existência de Israel a menos que Israel reconhecesse os Direitos da Palestina incluindo o direito de estabelecimento de um Estado Independente Palestino; e apesar de ter afirmado que não toleraria os acordos provisórios assinados entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina; e analisaria todos os outros, e toleraria apenas aqueles que defendem os interesses do povo Palestino: aquele que garantirá o estabelecimento de um Estado Palestino com Jerusalém na sua capital na base das fronteiras de 1962
8. O governo Palestino continua a envidar esforços para a criação de um governo de coligação nacional. Apesar das conversações prévias terem falhado, as oportunidades de conversações mantêm-se sobre o eventual governo de coligação nacional. Simultaneamente, todas as facções incluindo o Hamas e o Presidente Abbas concordaram em incluir todas as facções Palestinas incorporadas.

**Reacções no contexto regional e Internacional sobre a vitória do Movimento Hamas:**

9. *A vitória do Movimento Hamas nas eleições legislativas e a constituição do novo governo da Autoridade Nacional Palestina suscitaram reacções divergentes:*
10. *No contexto árabe, a Cimeira da Liga dos Estados Árabes Organizada em Março de 2006 em Cartum, Sudão, felicitou pelas eleições legislativas palestinianas; apelou à comunidade internacional a respeitar a escolha democrática do povo palestiniano e a continuar a fornecer donativos e assistência financeira e económica necessários a favor da Autoridade Nacional Palestina e advertiu contra a posição apelando ao congelamento da ajuda internacional em direcção à Autoridade Palestina devido às consequências negativas gravíssimas duma tal posição e do impacto humanitário, económico e social sobre o povo palestiniano por um lado; e sobre a estabilidade e segurança da região por outro lado. Além disso, a Cimeira Árabe adoptou uma decisão sobre a continuação do fornecimento de assistência financeira ao orçamento da Autoridade Nacional Palestina à congruência de 25 milhões de dólares americanos por mês.*
11. *O governo israelita explorou destes resultados para reafirmar a sua recusa de dialogar com qualquer governo saído do Movimento Hamas não reconhecendo Israel nem tão pouco os acordos assinados entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina sob pretexto que as negociações políticas já tinham sido suspensas. Além disso, as autoridades israelitas arranjam pretextos sobre a vitória do Hamas, a fim de reafirmar a ausência de um parceiro palestiniano trabalhando pela paz e impôr, por outro lado, um regulamento unilateral a começar pelo plano unilateral de retirada da Cisjordânia. Por outro lado, Israel impôs também um embargo no conjunto dos territórios sob controlo da Autoridade palestiniana e decidiu congelar a transferência destinada à Autoridade Palestina, as remunerações palestinianas das taxas aduaneiras sobre as importações de mercadorias cobradas por Israel nos portos situados em Israel. Por outro lado, Israel decidiu reforçar os controlos ao nível das barragens e das pontes de*

*passagem a fim de impedir o encaminhamento da assistência destinada ao povo palestino; acentuar a repressão e o assassinato dos activistas palestinos; infiltrar na prisão de Aniha (Jerico) para eliminar um grupo de prisioneiros palestinos e destruir esta prisão; suspender todos os contactos com o governo palestino e enfim impedir os membros do Conselho Legislativo do Movimento Hamas e os membros do governo palestino de se deslocarem entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza para realizar reuniões entre eles ou facilitar a gestão quotidiana dos assuntos relacionados com o Governo*

12. *Por outro lado, o quarteto encarregue da implementação do Roteiro convocou uma Reunião em Londres alguns dias após o anúncio da vitória do Movimento Hamas para efectuar consultas e definir uma posição a este propósito. O comunicado resultante desta reunião considera que a solução desta questão exige de todas as partes envolvidas no processo de paz, uma posição de condenação à violência e ao terrorismo e pedir à parte palestina de se comprometer em reconhecer Israel e todos os acordos assinados entre a Autoridade Palestiniana e Israel.*
13. *A União Africana felicitou-se do bom desenrolar e do resultado democrático das eleições legislativas na Palestina. Ela renovou o seu apoio à luta legítima do povo Palestino e reiterou o seu apelo ao fim da ocupação da Palestina e a uma solução duradoura para o conflito Israelo-Palestino na base das resoluções internacionais, da iniciativa de paz e do roteiro.*

#### **b) Crise Financeira**

14. Como resultado da ascensão ao poder do Partido Hamas nas eleições democráticas realizadas na Palestina, tem havido uma considerável pressão internacional lançada pelo governo de Israel e os EUA para isolar o novo Governo e reprimir o seu apoio financeiro.
15. Do mesmo modo a União Europeia ameaçou cortar o seu financiamento à Autoridade Nacional Palestiniana, se o Hamas não preenchesse as condições internacionais de reconhecer os direitos à existência do Estado de Israel de existir e renunciar à violência. A maior parte da assistência anual da UE à ANP estimada em cerca de \$US600 milhões diminuirá consideravelmente se a Europa prosseguir com a sua ameaça. Além, disso, Israel confiscou os bens palestinos resultantes da cobrança de impostos alguns meses antes das eleições. Entretanto, a questão de assistência, que foi evitada pela ANP foi debatida a fim de se encontrar outros meios e canais para continuar esta ajuda financeira que através do Gabinete do Presidente Mahmoud Abbas ou através do financiamento do projecto imediato para objectivos humanitários.

Os membros do quarteto, empenhados na restauração do processo de paz no Médio Oriente, analisaram o dilema financeiro palestino e consideraram que se deveria dar tempo ao novo governo para formular o seu programa. Paralelamente, o novo governo está actualmente empenhado em procurar apoio dos países árabes e islâmicos através da Liga dos Estados Árabes bem como outros países e instituições internacionais. Obviamente que a presente crise

financeira não afectará apenas o Governo de Hamas mas as necessidades básicas e a economia do povo Palestiniano.

16. Por seu lado, o gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU advertiram também que o impedimento de Israel sobre as taxas IVA e financiamento propostos para a Autoridade Palestiniana colocará a AP em perigo, limitando a sua capacidade de fornecer serviços de base (tal como a saúde, educação, água, electricidade, etc.), bem como o pagamento de salários de 150.000 funcionários Palestinos do sector Público e o Policiamento de populações na Margem Oeste e em Gaza, o qual consequentemente aumentará a taxa de desemprego e o nível de pobreza em mais de 64%.
17. A Autoridade Palestiniana apelou também à Comunidade Internacional para assumir as suas responsabilidades para com o povo Palestiniano e aconselha o Governo de Israel a abster-se de usar políticas de punição colectivas e respeitar a escolha democrática dos Palestinos; e organizações internacionais e governos mundiais a continuarem a dar assistência aos Palestinos que se encontram à beira de uma catástrofe humanitária se a pressão financeira e as medidas de Israel se mantiveram
18. Dada a deterioração da situação económica nos territórios palestinos após a imposição de um bloco sobre a transferência de assistência financeira e humanitária em direcção à Autoridade Palestiniana, o quarteto organizou um reunião em Nova Iorque a 15 de Maio de 2006 durante a qual lembrou as suas posições precedentes referentes ao governo palestino e encarregou a União Europeia a criar um mecanismo permitindo o encaminhamento de ajudas humanitárias directamente aos palestinos sem passar pelas instituições da Autoridade Palestiniana em que cerca de 160.000 funcionários não receberam os seus salários há mais de três meses.
19. A Rússia e a China por sua vez anunciaram o seu reconhecimento em relação aos resultados das eleições Palestinianas e o seu respeito desta escolha saída de um processo democrático incontestável salientando a necessidade da continuação das negociações entre Israel e Palestina a fim de alcançarem a paz e um reconhecimento mútuo entre as duas partes por um lado e a obtenção da condenação da violência e do território por outro lado.

### **c) Eleições no Israel**

20. Convém lembrar que Primeiro-ministro Sharon formou o Partido Kadima em Novembro de 2005 e apelou às eleições subitamente. Na ausência do primeiro-ministro Ariel Sharon que foi apanhado por súbitos e sucessivos ataques de doença que o deixou em coma, a 4 de Janeiro de 2006, Kadima foi liderado nas eleições pelo Primeiro-ministro Ehud Olmert.
21. Durante as eleições para o Parlamento de 129 assentos, realizado a 28 de Março de 2006, o Partido Centrista Kadima venceu com 28 assentos na totalidade; mas pouco faltou perder uma maioria no Knesset Israelita. Contudo, o Partido Kadima estava à altura de formar uma coligação com outras partes e o governo a 4 de Maio de 2006 a cargo do Primeiro-ministro Ehud Olmert.

22. O Partido Kadima reclama que não há parceiro de paz genuína da parte da Palestina e Israel deve progredir unilateralmente com o estabelecimento de fronteiras permanentes do Israel a fim de preservar o seu carácter com um estado "Judeu". Nas relações com os Palestinos, o novo Primeiro-ministro declarou que ele espera para ver se o Governo de Hamas reúne as condições para retomar os contactos israelo-palestino. Estes princípios incluem o reconhecimento de Israel como um estado Judeu, o desarmamento de todas as facções de resistência Palestiniana e a aderência a todos os acordos prévios entre Israelitas e a Organização da Libertação da Palestina incluindo os Acordos de Oslo de 1993 e o Roteiro da paz de 2003. O Partido Kadima informou igualmente, na sua plataforma de eleições que se opunha às concessões em Jerusalém. Por sua vez, o Presidente Palestino Mahmoud Abbas declarou que os resultados das eleições de Israel não mudam nada, a menos que o Primeiro Ministro Ehud Olmert mude a sua agenda e/ou abandone as suas ideias unilaterais.

#### **d) O Plano E 1 da Retirada de Olmert**

23. Em conformidade com o Primeiro Ministro Olmert o denominado Plano de Retirada E 1, Israel retirar-se-á unilateralmente das partes da Margem Oeste mas mantém sete blocos bem como Jerusalém e o Vale do Jordão. Com efeito, a retirada para as novas linhas da Margem Oeste deverá também corobar a separação com a Faixa de Gaza, desmornar a continuidade regional de um futuro Estado Palestino e restabelecer a ocupação e instalações.

24. O plano do Primeiro-ministro Olmert que favorece passos unilaterais sobre as negociações com a Autoridade Nacional Palestiniana será simplesmente considerada como uma renúncia do antigo plano internacional de paz do mapa de Estradas. É bastante provável que o plano proposto não se tratar de um plano de paz mas sim de um plano constituído de movimentos unilaterais que permitirá Israel de permanecer em muitas partes da Margem Ocidental através da construção do muro, deixando nas mãos dos Israelitas, as colónias e Jerusalém rejeitando assim o direito de regresso dos refugiados Palestinos. Foi considerado igualmente a declaração de guerra contra a paz planeada e baseada na solução de dois estados e confirmada na recusa de Israel em reconhecer qualquer partido palestino ou avançar para a independência soberana.

#### **e) Desastre Humanitário nos Territórios Palestinos Ocupados**

25. Os territórios Palestinos Ocupados testemunharam também uma crise humanitária na Faixa de Gaza após as provisões de trigo e farinha terem acabado devido ao encerramento contínuo pelos Israelitas da zona de passagem comercial de Kami. O súbito aumento de preços de géneros alimentícios na Faixa de Gaza teve também um impacto negativo sobre o povo Palestino. Os grupos mais afectados por estas barreiras eram os patrões de pequenas indústrias e os trabalhadores destas instalações industriais. O encerramento da passagem Kami da parte de Israel, que é a principal artéria usada para

transportar utensílios médicos e comerciais para, e da Faixa de Gaza, resultou numa perda calculada a \$SD10.5 milhões e o encerramento do moinho de produção de farinha na Faixa de Gaza bem como numa severa penúria de medicamentos que perturbou o trabalho dos hospitais e ameaçou a situação sanitária dos pacientes Palestinos. Esta situação foi igualmente agravada pela pressão financeira no novo Governo de Hamas e a insegurança continua nos territórios ocupados.

### **OUTROS DESENVOLVIMENTOS QUE AFECTAM A SITUAÇÃO NOS TERRITÓRIOS PALSTINIANOS OCUPADOS**

26. Durante o período desde a última Sessão do Conselho e a Cimeira em Cartum, Sudão, a situação nos territórios Palestinos Ocupados prosseguia com uma excessiva escalada militar Israelita e um ciclo vicioso de violência resultando numa injustificada perda de vidas humanas. Além disso, as forças Israelita continuaram a levar a cabo vários actos de agressão contra os Palestinos incluindo operações militares, assassinatos, incursões, a demolição de terras aráveis e abatimento de árvores, execuções extrajudiciais, demolição de casas e propriedades, ataques indiscriminados da parte dos colonos, interdição de movimentos de Palestinos através das cidades e postos de controlos, prisões e participação em prisões, e o estabelecimento contínuo de actividades e construção de um muro do Apartheid apesar das condenações da Comunidade Internacional e advertências do CIJ em Julho de 2004 apelando ao governo de Israel, entre outras, a cessar imediatamente com a construção e compensar os Palestinos afectados.
27. Convém relembrar que em Março de 2006, as forças Israelita desencadearam um ataque impudente em Jerico na Prisão Central violando o Acordo celebrado entre o Governo de Israel e a Autoridade Palestina sobre a questão dos prisioneiros e um claro compromisso de leis e normas aceites internacionalmente principalmente as leis dos direitos humanos. O ataque que resultou em prisões ilegais do próprio Secretário geral da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP) e de vários outros Palestinos. Além disso, 3 agentes da polícia Palestina foram mortos enquanto que cerca de 80 ficaram feridos. A ANP considerou os assaltos Israelita na prisão de Jerico como uma violação grave de todas as acções levadas a cabo pelas duas partes para acabar com a violência, reduzir a tensão e dar um novo ímpeto no processo de paz na região, e pedir a Israel de libertar imediatamente todos os Palestinos detidos capturados da prisão de Jerico e todos os outros prisioneiros e detidos.
28. Por seu lado, a UA emitiu uma Declaração de Imprensa de condenação do ataque injustificado de Jerico e apelou igualmente ao Conselho de Segurança da ONU, aos membros do Quarteto de persuadir o Governo de Israel de desistir destas violações as quais servirão apenas para fazer abortar as negociações de paz, aumentar a tensão e além disso incitar mais violência nos territórios Palestinos Ocupados e em toda a região.
29. Além disso, na sua Cimeira em Cartum, Sudão, a Liga Árabe dos Ministros Africanos no seu Comunicado Final, entre outras, reiterou apoio ao povo



Palestiniano e à sua Autoridade Nacional, condenando as medidas Israelitas e o encerramento dos pontos de passagem da Faixa de Gaza; apelou à Comunidade Internacional a continuar a dar o seu apoio financeiro a ANP e expressou o seu respeito pela liberdade Palestiniana e escolha democrática dos seus líderes, condenou as medidas de Israel de congelar as transferências dos fundos rendimentos mensais dos Palestinos e nomeou o Quarteto para reassumir o seu trabalho na busca de uma paz justa e urgente na região, baseado em importantes resoluções da ONU e o princípio da terra para a paz.

## **II. LIBANO/SÍRIA**

30. As consequências do assassinato do antigo Primeiro-ministro do Líbano Rafik Hariri, continuam a ameaçar as perspectivas políticas da Síria. O relatório de Mehlis no Conselho de Segurança deixa presumir a implicação no assassinato, agentes de segurança Sírios e Libaneses de Alta Posição. As autoridades Sírias indicaram a sua disponibilidade em trabalhar para o apuramento da verdade. Um novo relatório do Conselho de Segurança tem estado a ser preparado que provavelmente é para aprovar as conclusões dos relatórios de Mehlis e autorizar uma última etapa antes de levar os indivíduos suspeitos do envolvimento de assassinato, à justiça.

Entretanto, os desenvolvimentos nos Territórios Palestinos Ocupados continuam a ter efeitos nefastos na Líbia e na Síria aonde as forças Israelitas continuam a ocupar os Montes Golã da Síria e o território Libanês desde 1967.

## **VII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

31. Partindo do precedente compreendemos que a continuação do processo de paz e das negociações entre Israelitas e Palestinos será árdua sobretudo à luz da conjuntura que atravessa a região. Deveriam-se envidar esforços consideráveis pelas partes envolvidas e pela comunidade internacional na retomada das negociações.
32. O bloco económico imposto contra o povo palestino desde a intifada de al Aqsa, intensificou-se o que torna as condições de vida cada vez mais difíceis e pode provocar mais tensões na cena palestina.
33. A imobilismo que caracterizou o Quarteto que não concretizou os resultados esperados do Roteiro sobre a instauração em 2005, de um Estado palestino viável vivendo lado a lado com o Estado de Israel necessita de um novo compromisso em relação ao Roteiro deveria ser actualizado a fim de tomar em conta o conjunto dos recentes desenvolvimentos registados na região.
34. O novo plano E-1 Israelita para a retirada declarado unilateralmente na Margem Ocidental divulgado pelo novo Primeiro-ministro israelita ameaça abortar os futuros esforços de paz. O plano não privará somente os Palestinos das suas terras, mas deixará também uma Palestina fragmentada que não pode formar um estado viável.

Em consequência, será necessário para a Administração dos EUA e os membros do quarteto de persuadir Israel de cessar todas as medidas unilaterais relacionadas com os territórios ocupados e a restauração do plano de paz.

35. A presente crise financeira afectou bastante o povo e a economia Palestiniana. A Comunidade Internacional deveria intervir e alargar uma assistência financeira salutar para os Palestinos; o novo Governo de Hamas deveria ter uma oportunidade para reorganizar a sua agenda política
36. Com vista a criar um clima conducente para a retoma de negociações de paz, a comunidade internacional e os membros do quarteto deveriam pressionar no sentido de haver paz e para que as duas partes reconheçam que é de seu interesse parar com o ciclo vicioso de violência e encontrar uma solução para os dois Estados.
37. Os movimentos palestinianos devem fazer uma verdadeira escolha estratégica, ou seja a de uma unidade face ao ocupante a fim de fazer prevalecer a causa suprema do povo palestiniano, para além das suas divergências. Convém assim felicitar-se da importante iniciativa tomada pelo Presidente Mahmoud Abbas na altura do Fórum Mundial de Charm El-Cheikh, de lançar o diálogo interpalestiniano relançado a 25 de maio de 2006

**AFRICAN UNION UNION AFRICAINE**

**African Union Common Repository**

**<http://archives.au.int>**

---

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

---

2006

# Report on the situation in the Middle East and Palestine

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4257>

*Downloaded from African Union Common Repository*